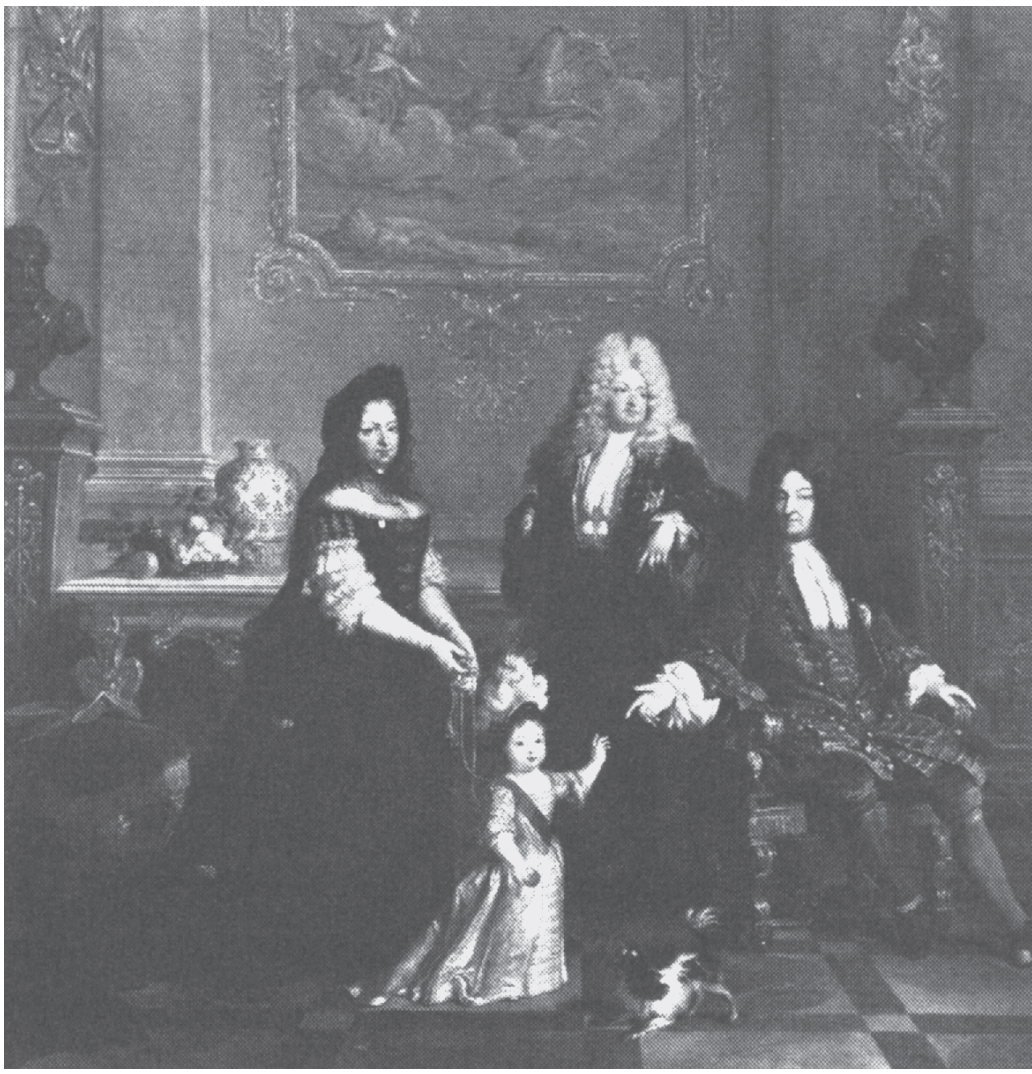
GISELA TASCHNER
é professora de Sociologia da EAESP-FGV e da FFLCH-USP e autora de, entre outros, *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural* (Summus) e *Folhas ao Vento* (Paz e Terra).



***Luís XIV* e *sua Família*, quadro de Nicolas de Largillière, 1711**

Agradeço ao NPP da EAESP-FGV pelos recursos fornecidos à pesquisa que serviu de base à confecção deste artigo.

GISELA TASCHNER

Raízes da cultura do consumo

INTRODUÇÃO

O consumo tem sido objeto de grande atenção do *marketing* e da psicologia. Na economia e na sociologia o consumo foi menos estudado, ou melhor, foi abordado predominantemente sob uma ótica que privilegiava a produção (1).

Em Marx, por exemplo, o consumo que é tratado mais diretamente é o consumo produtivo, pois o consumo final ocorre já fora do circuito da reprodução do valor e da mais-valia e, desse ponto de vista, é um processo cujas características peculiares torna-se menos urgente esclarecer em detalhe. Marx não nega importância ao consumo enquanto ato de aquisição, na medida em que ele é parte do momento da realização do valor, e esse momento tende a se tornar um gargalo do processo de acumulação à medida que o capitalismo se desenvolve (2). Mas a ótica novamente é a da produção do valor (e reprodução do capital).

O próprio Marx, no entanto, deixa uma abertura (que ele pessoalmente não explora) para se perceber que o consumo, ainda que determinado pela produção, é um momento que tem seus desdobramentos e condicionantes: por exemplo, na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (3) ele afirma:

"O objeto [de consumo] não é um objeto geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de forma determinada, à qual a própria produção deve servir de intermediário. *A fome é a fome, mas fome que se satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua, servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes*".

É nesses termos que Marx abre as possibilidades de se perceber a dimensão simbólica que os processos de consumo envolvem e, portanto, a sua relação com a dimensão cultural da sociedade.

Na medida em que se veja o consumo como momento determinado pela produção, mas que tem sua própria problemática e seus efeitos sobre a totalidade social, começa a fazer sentido pensar a emergência de uma cultura do consumo ou do consumidor.

E quando se pode falar numa cultura do consumo? Uma possibilidade é a partir do momento em que *não os bens*, mas a *imagem* desses bens se torna acessível a todos na sociedade. Isso obviamente é apenas um indício para se poder detectar a presença dessa cultura, e de modo algum significa que ela se reduza a ele. É todo um conjunto de imagens e símbolos que vão sendo criados e recriados, associados a esses bens, além de novas formas de comportamento efetivo e no modo de pensar e sentir de segmentos cada vez mais amplos da população da chamada sociedade ocidental.

O crescente domínio do capital sobre o trabalho no processo de trabalho, assim como a especialização do trabalhador e dos instrumentos de trabalho, a alienação daí decorrente, a revolução industrial, o crescimento das empresas, a burocratização e a separação entre capital e controle, o desenvolvimento do crédito, da publicidade, do *marketing* e da indústria cultural são elos importantes para a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade de produção e consumo de massas e de uma cultura do consumidor.

A análise desses temas, realizada nos enfoques mais tradicionais, torna a questão do consumo visível. Falta-lhe, no entanto, uma problematização específica.

Essa problematização passa a ser feita na medida em que emerge um conjunto de estudos que tomam o consumo como foco e se voltam para a recuperação de sua história.

Nesses outros enfoques busca-se repensar o período de formação da sociedade capitalista contemporânea, a partir de mudanças de padrões de consumo, entrelaçados com mudanças culturais e políticas. É nessa vertente que se inscreve o presente estudo. A hipótese de trabalho central é que à revolução industrial pode-se contrapor uma revolução no consumo, como se vê abaixo, nas palavras de

1 Aqui se incluem o marxismo em inúmeras variantes e posteriormente os frankfurtianos.

2 Isso aparece, por exemplo, na teorização das crises e na questão do subconsumo/superprodução.

3 *Contribuição à Crítica da Economia Política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 210 (grifo meu).

McKendrick, que foi, provavelmente, quem a formulou primeiro:

"Assim como a revolução industrial do século XVIII marca uma das grandes descontinuidades na história... assim também o faz, de meu ponto de vista, a revolução correlata no consumo. Porque a revolução do consumidor foi o análogo necessário da revolução industrial, a convulsão necessária, no lado da demanda, da equação que tinha, no outro lado, a convulsão na oferta" (4).

De fato *alguém* deve ter comprado os novos produtos que a revolução industrial trouxe ao mercado. Sem um aumento da demanda, o salto na capacidade produtiva promovido pela revolução industrial jamais poderia ter sido absorvido pelo mercado.

É preciso, portanto, indagar, para além do fato de que a revolução industrial barateou produtos, que mudanças ocorreram que viabilizaram essa revolução, transformando a predisposição das pessoas em relação ao consumo. É disso que se tratará neste texto, que se concentra nas origens e possíveis raízes extra-econômicas da cultura do consumo, na Europa ocidental.

Dentro do processo de reconstituição dessa trajetória que desemboca na cultura do consumidor contemporâneo, alguns elementos se sobressaem. Um deles diz respeito ao tipo de consumo que a caracteriza, à forma e periodicidade dele; outro diz respeito ao segmento social que é visto como o berço desse padrão de consumo: as cortes européias, que começam a se formar ainda na Idade Média e chegam a seu auge no período do absolutismo.

Os integrantes desse segmento são vistos por alguns autores como os primeiros, na sociedade moderna, "a experimentar o consumo discricionário" (5).

É o padrão de consumo desenvolvido por esse segmento – que depois se populariza através de um processo de mimetismo pelas camadas sociais que se situam mais abaixo dele – que parece estar na base da cultura do consumidor.

O CONSUMO CONSPÍCUO E A COMPETIÇÃO DE STATUS

Uma das características da cultura do consumo é que ela envolve não só produtos essenciais para a sobrevivência física dos seres humanos como, e principalmente, produtos que se afastam dessa categoria (6) ou, nas palavras de Veblen, o consumo conspícuo.

Veblen (7) foi um pioneiro no estudo do consumo conspícuo. Associou-o à emergência de uma classe ociosa – que teria chegado ao seu ponto máximo de desenvolvimento no feudalismo – e ao que hoje chamaríamos de estilo de vida dessa classe.

"Em tais comunidades se observa com todo rigor a distinção entre as classes; e a característica de significação econômica mais saliente que há nessas diferenças de classes é a distinção mantida entre as tarefas próprias de cada uma das classes. As classes altas estão costumeiramente isentas ou excluídas das ocupações industriais e se reservam para determinadas tarefas às quais se atribui um certo grau de honra. A mais importante das tarefas honoráveis em uma comunidade feudal é a guerra; o sacerdócio ocupa, em geral, o segundo lugar. Em qualquer caso, com poucas exceções, a regra é que os membros das classes superiores – tanto guerreiros quanto sacerdotes – estejam isentos de tarefas industriais e que essa isenção seja expressão econômica de sua superioridade hierárquica" (8).

E o que são essas ocupações não-industriais? São ocupações que, via de regra, não implicam as tarefas manuais, rotineiras e quotidianas, associadas à subsistência do grupo social. Ligam-se à noção de façanha (9). Incluem, em termos gerais, as ocupações ligadas ao "governo, guerra, práticas religiosas e esportes" (10).

De acordo com Veblen, há uma valorização social diferencial dos dois tipos de ocupações: "Aquelas ocupações classificadas como proezas são dignas, honoráveis e nobres; as que não contêm esse elemento

4 Cf. Neil McKendrick, John Brewer e J. H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society: the Commercialization of Eighteenth-Century England*, Bloomington, Indiana University Press, 1982, p. 9. Em alguns casos, chega-se a aventar a possibilidade de essa revolução do consumo ter *precedido* a revolução industrial. Ver Chandra Mukerji, *From Graven Images: Patterns of Modern Materialism*, New York, Columbia University Press, 1983.

5 R. H. Williams, *Dreamworlds. Mass Consumption in Late Nineteenth Century France*, Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press, 1991 (first ed. 1982), p. 57.

6 A discussão sobre a possibilidade de se estabelecer uma diferença "objetiva" entre o que é e o que não

7 Thornstein Veblen, *Teoría de la Clase Ociosa*, Mexico, FCE, 1966 (1ª ed. ingl., 1899).

8 Idem, ibidem, p. 10. Tradução minha nessa e nas citações que se seguem.

9 Idem, ibidem, pp. 21-4.

10 Idem, ibidem, p. 11.

de façanha e, especialmente, aquelas que implicam servidão ou submissão são indignas, degradantes e ignóbeis" (11). Segundo ele, a divisão entre classes que aparece plenamente configurada no feudalismo foi precedida, no passado, por uma divisão análoga das tarefas entre sexos. E a divisão entre uma classe trabalhadora e uma classe ociosa ocorreu gradualmente (12). E Veblen conclui:

"A instituição de uma classe ociosa é a excrescência de uma discriminação entre tarefas, com relação à qual algumas delas são dignas e outras indignas. [...] Sob essa antiga distinção são tarefas dignas aquelas que podem ser classificadas como façanhas; indignas, as ocupações de vida quotidiana em que não entra nenhum elemento apreciável de proeza" (13).

O autor afirma também que o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o começo da propriedade (14). Inicialmente não é qualquer propriedade: é a propriedade das mulheres pelos homens; são as mulheres capturadas nas lutas como troféus. Depois o conceito de propriedade se estende às coisas.

"Desse modo se estabelece gradualmente um sistema bem travado de propriedade de bens. E ainda que nos últimos estágios de desenvolvimento a utilidade das coisas para o consumo se tenha convertido no elemento predominante de seu valor, a riqueza não perdeu, de modo algum, sua utilidade como demonstração honorífica da prepotência do proprietário" (15).

Como se vê, aqui Veblen mostra um elemento inovador em seu estudo, contestando a teoria econômica que vê na necessidade de subsistência o móvel da luta entre os homens pela posse de bens. Segundo Veblen, mesmo nas sociedades que produzem razoável excedente econômico, a teoria vê essa competição – que, para ele, é característica das economias nas quais existe a instituição da propriedade privada (mesmo que seja pouco desenvolvida essa instituição) – como uma competição pelo aumento das comodidades da vida, destinadas a satisfazer necessidades físicas ou espirituais através do consumo, fim último da aquisição.

Para Veblen, essa postura é ingênua e "o móvel que há na raiz da propriedade é a EMULAÇÃO.[...] A posse da riqueza confere honra; é uma distinção valorativa. Não é possível dizer nada parecido do consumo de bens nem de qualquer outro incentivo que se possa conceber como móvel da acumulação e em especial de nenhum incentivo que impulsione a acumulação de riqueza" (16).

Embora não ignore a importância da "necessidade de ganhar a vida" ou a busca de maior nível de conforto físico como móvel da aquisição – especialmente para a população mais pobre – nas comunidades em que a propriedade privada atinge a maior parte dos bens, Veblen sustenta que nem sempre esse móvel é tão claro; diz ainda que com relação às classes mais preocupadas em acumular riqueza esses incentivos (ganhar a vida, comodidade física) nunca foram muito importantes; e é taxativo ao afirmar: "A propriedade nasceu e chegou a ser uma instituição humana por motivos que não têm relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante foi, desde o início, a distinção valorativa unida à riqueza..." (17).

Em um primeiro momento, tratava-se de adquirir, através das façanhas, os troféus, derivados dos butins. Os interesses do indivíduo ainda pouco se distinguiam dos do grupo, e nesse sentido a comparação era entre o grupo que adquirira os troféus e o outro que os perdera (18). Quando o costume da propriedade individual começa a se tornar consistente, ocorre uma mudança: "[...] a comparação valorativa passa a ser primordialmente uma comparação entre o proprietário e os outros membros do grupo". Nesse meio tempo Veblen vê a passagem para um nível novo de organização, no qual a antiga horda se converte em uma comunidade industrial mais ou menos auto-suficiente (19).

À medida que a atividade industrial vai

11 Idem, ibidem, p. 24.

12 Idem, ibidem, pp. 16 e segs.

13 Idem, ibidem, pp. 16-7.

14 Idem, ibidem, pp. 30 e segs.

15 Idem, ibidem, p. 32.

16 Idem, ibidem, p. 33. (A discussão com os teóricos clássicos começa na página anterior.)

17 Idem, ibidem, p. 34.

18 Idem, ibidem."A propriedade começou por ser o butim conservado como troféu de uma expedição afortunada. Enquanto o grupo se separou pouco da primitiva organização comunal e enquanto esteve em contato íntimo com outros grupos hostis, a utilidade das pessoas ou coisas, objeto de propriedade descansava principalmente em uma comparação valorativa entre o possuidor e o inimigo do qual eles tinham sido tirados. O hábito de distinguir entre os interesses do indivíduo e os do grupo a que pertence corresponde, aparentemente, a uma etapa posterior. [...] A proeza do homem era ainda a proeza do grupo e o possuidor do butim se sentia primordialmente como guardião da honra de seu grupo. Encontramos também essa apreciação da façanha do ponto de vista da comunidade sobretudo no que se refere aos lauréis bélicos em estágios posteriores de desenvolvimento social" (pp. 34-5).

19 Idem, ibidem, p. 35.

aumentando, em detrimento da antiga atividade predadora da comunidade, a propriedade e a posse de riqueza também ganham peso em relação aos troféus antigos, enquanto "expressão de prepotência e êxito" e enquanto "base costumeira de reputação e estima".

"[...] Torna-se indispensável acumular, adquirir propriedade, com o objetivo de conservar o bom nome pessoal [...]. A posse de riqueza, que em um princípio era valorizada simplesmente como prova de eficiência, se converte, no sentimento popular, em coisa meritória em si mesma. A riqueza é agora intrinsecamente honorável e honra seu possuidor. A riqueza adquirida de modo passivo, por transmissão dos antepassados ou de outras pessoas, converte-se, por um refinamento ulterior, em mais honorífica que a adquirida pelo próprio esforço do possuidor [...] esta distinção corresponde a um estágio posterior da evolução da cultura pecuniária [...]" (20).

Em outras palavras, se o reconhecimento por parte dos outros membros de uma comunidade antes estava ligado à habilidade de realizar proezas, cujos resultados visíveis por vezes eram troféus, torna-se posteriormente associado à posse de bens. O indivíduo tem que atingir agora um "certo nível convencional e pouco definido de riqueza" (21) para se sentir reconhecido pelos outros e, em decorrência, por si mesmo. Segundo Veblen, isso dá lugar a uma corrida incessante para as pessoas atingirem um determinado nível, que não é mais que o ponto de partida para atingir o nível do grupo que se situa imediatamente acima delas, num processo sem fim, uma vez que a base dele está no "desejo individual de exceder a todo mundo na acumulação de bens". E essa corrida permanece com primazia na sociedade industrial moderna (22).

Está aí uma formulação inicial que permeia boa parte das teorias contemporâneas que tentam explicar o consumo supérfluo em nossa sociedade.

Sua base está, antes de tudo, em uma corrida pelo prestígio, que seria infinita porque impossível de se saciar, uma vez que o resultado depende sempre de uma comparação entre quem tem mais e quem tem menos bens.

Francisco I, retrato de Jean Clouet, 1525

Embora refinada posteriormente, e aparecendo sobretudo na formulação do *trickle down effect* (cujas origens são também atribuídas a Spencer, Gabriel Tarde, Simmel e Sombart), essa visão enforma inúmeros trabalhos sobre a cultura do consumo e do consumidor contemporâneo, especialmente nas sociedades do chamado Primeiro Mundo.

O peso desse processo de competição entre os indivíduos, através da aquisição de bens, para manutenção do *status* que eles possuem ou obtenção de um mais elevado, na conformação de uma cultura do consumo, não deve ser subestimado. Veblen teve o grande mérito de ser um dos primeiros a formular essa relação – mérito esse maior ainda se se levar em conta que o objetivo de

20 Idem, ibidem, pp. 36-7.

21 Idem, ibidem, p. 39.

22 Idem, ibidem, pp. 39-40.

seu livro era entender o consumo conspícuo de um ponto de vista estritamente econômico – e a abrir caminho para análises posteriores. Mas a compreensão dessa cultura exige que se vá além, não a reduzindo a um processo de competição social *tout court*.

O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, A CENTRALIZAÇÃO DO PODER REAL E O CONSUMO DAS CORTES

A submissão da aristocracia ao poder real

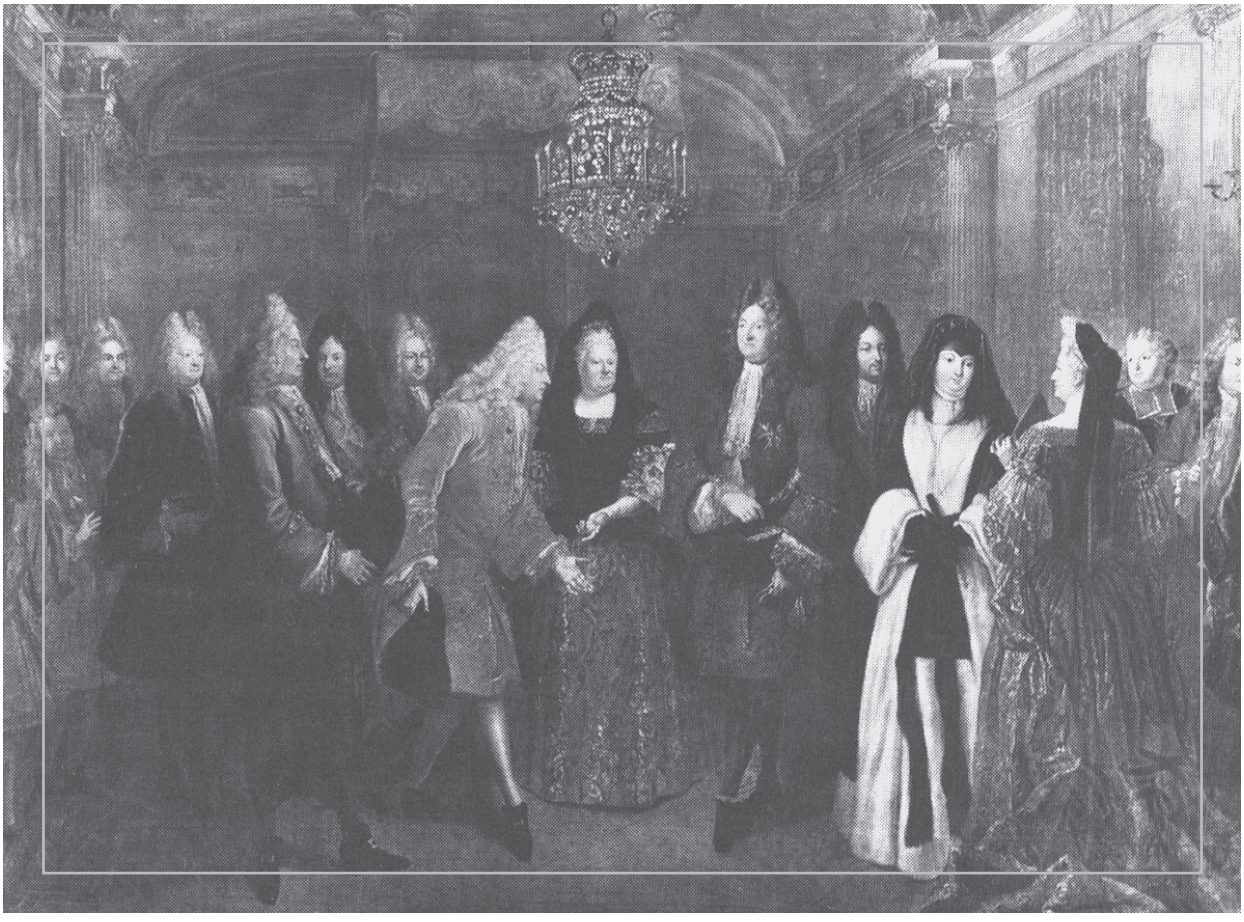
Nos estudos sobre o que alguns consideram como o primeiro grupo a consumir ostensivamente na era moderna – a corte – essa questão reaparece, redefinida em função de outros elementos que tiveram menos realce na análise de Veblen. A dimensão política começa a ganhar destaque para a compreensão da gênese de uma cultura do consumo.

Examinando o caso francês, mas estendendo freqüentemente a análise para o conjunto da Europa Ocidental, Elias (23) não está preocupado com o consumo; ele analisa a sociedade de corte como uma formação social. Mas seu trabalho é de grande valia para nosso objetivo.

A evolução da corte, a transformação de comportamentos, atitudes e sentimentos que nela se dá e que se expressa em seu estilo de vida – transformação essa que é analisada em conjunto sob a rubrica de um processo civilizador – e a própria competição entre seus integrantes, Elias relaciona à alteração no equilíbrio de poder entre a nobreza e o rei, e à centralização que leva ao absolutismo.

De fato, a corte sofreu um processo de transformação desde a Idade Média até o século XVII, na medida em que as relações entre o rei e os nobres se alteraram e o poder foi se centralizando nas mãos do primeiro.

23 Norbert Elias, *La Societé de Cour* (trad. francesa do alemão), Paris, Flammarion, 1985 (1ª ed. alemã, 1969).



A corte de Luís XIV retratada por Louis Silvestre, 1695

Se antes do século XVI a relação do rei com os nobres era a de um *primus inter pares* (24), sendo todos interdependentes, ela mudou. Os nobres passaram a depender mais do rei e o rei passou a ter mais poder. E com isso a distância social entre o rei e a nobreza cresceu, mudando a natureza do relacionamento entre eles, que ficou cada vez mais assimétrica.

"Pouco a pouco os suseranos se elevaram acima da nobreza. Puderam aumentar seu próprio poder em detrimento dos aristocratas, confiando a homens de uma outra ordem, a burguesia, cuja capacidade não parava de crescer, cargos algum tempo antes reservados à nobreza e ao alto clero. Na França os reis conseguiram afastar quase todos os nobres desses postos e substituí-los por plebeus. Era a plebe que detinha, em fim do século XV, quase todos os cargos na magistratura, na administração e mesmo nos ministérios" (25).

Como se sabe, houve vários eventos importantes para o processo de centralização. Os nobres se enfraqueceram economicamente com a inflação decorrente do afluxo de metais do século XVI.

Analisando as conseqüências desse fato para a nobreza, Elias afirma que para

"[...] a maioria da nobreza francesa, a depreciação monetária subverteu quando não destruiu totalmente suas bases econômicas. A nobreza francesa tirava rendas fixas de suas terras. Como os preços subiam sem parar, o produto das rendas contratuais não lhes permitia mais fazer face a suas obrigações. Ao fim das guerras de religião, a maior parte dos nobres estava afundada em dívidas, os credores apoderaram-se de suas terras. Assim, um número importante de propriedades de terra mudou de mãos nessa época. A maior parte dos nobres assim despossuídos foram à corte procurar novos meios de existência" (26).

Já o rei sofreu menos com a depreciação da moeda.

"O rei foi o único elemento da nobreza que, em virtude de sua função, não teve sua base econômica diminuída e cujo prestígio social e força, ao contrário, aumentaram. Originalmente o rei tirava seus recursos do produto de suas terras, como todos os nobres. Mas com o tempo uma parte crescente de seus recursos passara a ser formada por impostos e rendas de todos os tipos que ele cobrava de seus súditos (*sujets*). Assim, de possuidor e distribuidor de terras o rei se tornara cada vez mais um possuidor e distribuidor de dinheiro" (27).

De outro lado, houve mudanças nas práticas de guerra (cavalaria mais leve, uso de armas de fogo, entrada em cena de mercenários), que tornaram os nobres menos imprescindíveis ao rei para guerrear. A relação de dependência começou a se inverter (28).

Além disso, mostra Elias, a relação entre o rei e a nobreza é diferente em uma economia de subsistência ou trocas diretas e em uma economia monetarizada. No primeiro caso, o rei dá terras ao vassalo, que nelas se instala e de onde depois é difícil removê-lo. Ali, em seu feudo, ele se torna um pequeno rei. No segundo, ele dá a renda em dinheiro, que pode ser pensão, ou presentes que saem diretamente do caixa real. É muito mais fácil cortar uma pensão ou parar de dar presentes do que tirar a terra ou produtos *in natura* dessa terra (29). Esse foi mais um elemento da submissão da nobreza ao poder real.

O que sobrara então à nobreza para ser indispensável ao rei? – pergunta Elias. Isso o leva a tentar entender o processo de produção e de *reprodução social* da corte, através de uma análise do *campo social* no qual ela se desenvolveu. Nessa análise, tenta encontrar a *fórmula das necessidades*. No caso da corte, trata-se de saber "o tipo e o grau das interdependências que reuniram na corte diferentes indivíduos e grupos de indivíduos" (30). É um estilo de análise do qual Bourdieu se nutriu bastante.

Elias começa então a examinar a evolução da corte:

24 "O *ethos* do sistema feudal fundava-se originalmente na dependência recíproca [...]. Os vassalos precisavam do príncipe suserano, que fazia a figura de chefe e coordenador supremo, de proprietário ou distribuidor das terras conquistadas; o suserano, por sua vez, recorria a seus vassalos e homens que tinham obrigações com ele (*hommes liges*) quando tinha necessidade de guerreiros ou de subchefes para defender ou aumentar seus domínios, para bem conduzir suas guerras e querelas. E quanto ao resto da nobreza, o rei recrutava ali – independentemente do fato de que ela lhe fornecia seus companheiros de caça e de torneio, seus companheiros na vida social e seus combatentes – seus conselheiros, que eram freqüentemente homens da Igreja [...]. Do grupo de guerreiros provinham também as pessoas que, com maior ou menor autonomia, administravam em seu nome o país, recolhiam impostos, exerciam (*disaient*) o direito" (N. Elias, op. cit., p. 169).

25 Idem, ibidem.

26 Idem, ibidem, p. 162.

27 Idem, ibidem, p. 163.

28 Elias não se esquece aqui de sublinhar que os fenômenos são todos interligados. Por exemplo, sem um exército, o rei não teria como elevar impostos, sem receitas não poderia financiar os exércitos, sem um Estado que protegesse as rotas comerciais e uma legislação que oferecesse garantias aos comerciantes, não haveria expansão comercial (pp. 163-7). Quanto a detalhes das mudanças das práticas de guerra, ver também William Manchester, *A World Lit Only by Fire*, Boston e New York, Back Bay Books, 1993.

29 N. Elias, op. cit., pp. 167-8.

30 Idem, ibidem, pp. 169-70.

"Uma evolução ininterrupta conduz da corte dos Capetos e mais especialmente a de S. Luís (1226-1270) até a corte de Francisco I (31) e à de Luís XIV e de seus sucessores. *Ora, essa evolução conheceu uma inflexão decisiva nos séculos XV e XVI. Enquanto que nos séculos precedentes um número cada vez menor de grandes vassalos tinham tido, ao lado da corte do rei, suas próprias cortes, algumas das quais tinham sido mais ricas, mais brilhantes, mais influentes que a do rei, a corte real tornou-se no curso desses dois séculos, graças ao aumento contínuo do poder real, o verdadeiro centro do país... Se se tenta determinar o momento no qual essa virada se esboçou mais claramente, cai-se no reinado de Francisco I*" (32).

Na evolução dos reis-cavaleiros à realeza da corte, Elias vê Francisco I como um tipo intermediário, mais próximo do primeiro tipo. Sua corte é de transição:

"[...] ele começou a distribuir títulos de nobreza – mais precisamente, uma nova titulatura nobiliária que ia desde o simples *gentilhomme* até o príncipe e par de França – que eram ligados à terra e à renda da terra; mas, diferentemente do que ocorria antes, em que a hierarquia dos senhores de terra correspondia à de suas terras – a partir de agora a importância de cada senhor na hierarquia social começa a se *descolar* da importância da terra e passa a ser cada vez mais uma distinção real (do rei), dependente da vontade do rei (a seu bel-prazer) e com cada vez menos funções políticas. Começa, assim, a formar-se uma nova hierarquia de 'homens novos', em parte dentro e em parte ao lado da hierarquia tradicional, na qual o *rang* depende mais da vontade do rei e o benefício recebido é em dinheiro. De outro lado, a maior parte desses novos beneficiários era ainda de guerreiros, cujos serviços o rei recompensava" (33).

Então se esclarece a mudança:

"[...] a nobreza permanecia uma ordem de guerreiros: é por isso sobretudo que o rei precisava dela; mas levando-se em conta o aumento de oportunidades que se ofereceram a ele (ao rei), ele procedeu ao que se poderia chamar de – utilizando um termo de uma época ulterior – 'racionalização', a uma 'reforma esclarecida': ele provocou uma ruptura com a tradição e reestruturou toda a sua nobreza a fim de melhor sujeitá-la a sua dominação" (34).

Com isso, a corte real não parou de crescer e foi se tornando o principal centro de integração da sociedade francesa. Antes itinerante, passou a ter um lugar determinado, primeiro em Paris e depois em Versailles, quando esse processo chegou ao auge, com Luís XIV.

O processo civilizador

Foi na vida da corte que se desenvolveu aquilo que Elias chama de um "processo civilizador". Todo um conjunto de regras de etiqueta e por meio delas, de contenção de impulsos, de agressividade e de emoções, de funções, ruídos e odores do corpo, desenvolveu-se nesse período. A essa relação entre a centralização do poder do estado e o processo civilizador Elias dedicou um livro que se tornou clássico nas ciências humanas (35).

O desenvolvimento da nova etiqueta envolveu a ritualização de uma série de atos, que expressam o crescimento da distância social entre a realeza e os nobres – bem como a submissão desses àquela –, de um lado, e entre a corte e o resto da população, de outro.

No período de Francisco I já começavam a aparecer manifestações dessa nova etiqueta. Ele e os príncipes de sangue passaram a

"se deixar servir por nobres mesmo em funções subalternas tais como a de *valet de chambre* [...] nessa época todas as relações são ainda flutuantes, a hierarquia dos cortesãos menos rígida, a transmissão hereditária de cargos mais rara. A mobilidade da

31 Francisco I reinou entre 1515 e 1547.

32 N. Elias, op. cit., pp 170-1 (grifo meu).

33 Idem, ibidem, pp. 172-3.

34 Idem, ibidem, p. 172.

35 Idem, *The Civilizing Process*, Oxford UK and Cambridge USA, Blackwell, 1994 (1ª ed. alemã, em 2 volumes distintos, 1939).

corte e as campanhas incessantes de guerra impediam, nesse estágio, a formação de uma etiqueta rígida. [...] Mas observa-se, já sob Francisco I, uma tendência cujas conseqüências se farão sentir em seguida: a distância entre os membros da corte e as pessoas que não fazem parte dela cresce, ela toma já um valor social no campo social. À medida que se perdem as funções tradicionais do suserano, do vassalo, do cavaleiro, funções sobre as quais se fundara até então a distância separando a nobreza das outras camadas da sociedade, se precisa a vantagem de pertencer à corte, que traz para seus membros um aumento de prestígio e de valor social. A linha demarcadora que se estabelece divide também a própria nobreza. Uma parte da antiga nobreza se integra na nova aristocracia, cujo critério é a pertinência à corte; uma outra parte não consegue se juntar a esse novo grupo que se fecha sobre si mesmo. Simultaneamente um certo número de burgueses acedem à nova elite e fazem carreira dentro dela. Assim, opera-se a reestruturação da nobreza sobre a base de um novo princípio de distanciamento e de constituição" (36).

A nova etiqueta, assim como o estilo de vida desenvolvido pela corte, de um modo geral, alterou muito os hábitos de consumo. Passou-se a comer sentado à mesa, com talheres e louças individuais – o garfo de servir aparece em fins da Idade Média, o de comer no século XVI, mas no século XVII garfo ainda é artigo de luxo (37) –, a arquitetura e a forma de decoração dos interiores das residências se alteraram, dando lugar a uma série de novos itens de consumo. Rosalind Williams observa que

"uma vez admitido no círculo encantado da corte, um nobre teria de gastar ruinosamente para permanecer lá. Ele precisava de roupas bordadas com fios de ouro e prata e de jóias brilhantes para usar nos bailes; um estábulo para cavalos e uma matilha de cães de caça; carruagens com interior de veludo e painéis pintados para que pudesse acompanhar o rei em migrações para outros palácios; casas e mobília adequadas para que ele pudesse oferecer jantares e festas dançantes para a corte; e dúzias de *valets* e empregados para tornar todo o resto possível. Com raras exceções, os cortesãos contraíam dívidas imensas...[e então] dirigiam-se ao monarca para obter ajuda financeira" (38).

Mas é no interior desse contexto mais amplo que se torna necessário entender tanto a nova etiqueta quanto o estilo de vida desenvolvido pela corte do Ancién Regime. E dessa perspectiva o consumo ostensivo que caracterizou a evolução da vida na corte ganha um novo significado, distinto do que Veblen atribuíra à classe ociosa.

Nesse sentido, na análise que Elias (39) faz da corte do Ancién Regime, *a relação entre riqueza, consumo conspícuo e prestígio aparece redefinida: não era a riqueza, mas sim o fato de pertencer à corte que conferia prestígio ao nobre cortesão*. Só que para manter o seu prestígio, ele precisava ter um padrão de consumo muito elevado, o que exigia riqueza ou tornava crescente a sua dependência em relação ao rei.

Elias mostra que a estrutura de despesas dos nobres da corte seguia uma lógica cujo eixo era a *representação social, o parecer*. Gastava-se em função de sua posição social. Tratava-se de um "consumo de prestígio" (40). Desde as características de suas casas, até as recepções, e o vestuário, o cortesão passara a ter gastos enormes. Faziam parte de sua posição social e do papel que lhe cabia nessa posição. E, por isso, não havia possibilidade para o cortesão de ser de outro modo. Não havia espaço para se promover um equilíbrio entre receita e despesa, nem para poupar parte da renda, nem para economizar no consumo. Se os gastos fossem maiores do que a receita, fazia-se necessário achar novos recursos ou contrair dívidas, jamais diminuir os gastos. Trabalhar não era possível, ou melhor, o nobre não podia ganhar dinheiro através do trabalho. Isso seria profundamente desabonador, tanto quanto refrear os gastos de prestígio (41). Havia uma proibição legal tanto à nobreza de espada como à togada de se dedicar ao comércio, cuja

36 Idem, *Societé de Cour*, pp. 175-6.

37 Idem, *The Civilizing Process*, pp. 54-5.

38 R. H. Williams, op.cit., p. 28.

39 Elias afirma que Veblen nunca entendeu a lógica do consumo conspícuo da nobreza, pois ele raciocinava em termos da lógica do consumo da burguesia, que é outra. E por não a ter entendido, continua Elias, Veblen não conseguiu fazer uma análise sociológica dos gastos de prestígio na *Teoria da Classe Ociosa*. N. Elias, *Societé de Cour*, pp. 48-9.

40 Idem, ibidem, p. 48.

41 Idem, ibidem, p. 56.

transgressão implicaria a perda do título e de posição (42).

A riqueza mais valorizada nas sociedades pré-industriais, e especialmente na nobreza, era aquela decorrente de heranças ou rendas de terras herdadas. Para manter seus gastos, muitas famílias vendiam propriedades, viviam mais algum tempo com aqueles recursos, mas depois, muitas vezes, se arruinavam. Ou arrumavam casamentos vantajosos. Ou se endividavam. Ou então recorriam ao rei. Ele poderia perdoar a dívida ou mandar pagá-la, ou arrumar um cargo no governo ou fazer doações à família, ou dar-lhe uma pensão, se quisesse. A dependência em relação ao rei, portanto, era muito grande, pois ele podia permitir ou impedir que uma família se arruinasse (43).

Em suma, *esses gastos não derivavam de uma escolha pessoal dos nobres*. Eram parte de um esquema de competição pelo favor real em que os nobres tinham sido lançados, para manter ou melhorar seu *rang*, para manter ou aumentar seu poder, pois o rei se tornara ator fundamental não só para viabilizar esses gastos (sem a ruína da família) como para assegurar ou não o *status* de cada família (44).

O nobre, portanto, não trabalhava, ou melhor, não ganhava dinheiro com o trabalho, não poupava nem investia parte de sua renda, e gastava (sem economias) tudo o que tinha (e, se necessário, também o que não tinha) em despesas de representação. Era levado a esses gastos pela competição pelo favor real, do qual dependia cada vez mais para manter sua posição social. É uma lógica bastante distinta da burguesa (45). É claro que Elias não nega a existência de competição por prestígio, inclusive sob a forma de consumo ostensivo, na burguesia das sociedades industriais. Mas ele diz que a lógica desses gastos é outra:

"[...] as despesas de prestígio e a obrigação de representação nas camadas superiores das sociedades industriais têm um caráter nitidamente mais privado que nas sociedades aristocráticas de corte. *Elas não estão diretamente ligadas à luta pelas posições de maior poder nas sociedades industriais. Elas não se integram no mecanismo de poder e poucas vezes servem de instrumentos de dominação*. Em conseqüência, a pressão social para as despesas de prestígio e representação é relativamente menos forte. Ela não tem um caráter inelutável como na sociedade de corte" (46).

A ostentação como meio de expressão de poder

Um aspecto que já foi mencionado mas é preciso realçar na análise para se entender o consumo da nobreza cortesã é que, ao par de centralização do poder real, o luxo foi se impondo como forma de governar e de expressar poder (47).

Braudel nota esse fato, embora não aprofunde sua análise nessa direção. O luxo e a sofisticação nos hábitos alimentares, como também nos de moradia, vão aparecer na Europa a partir dos séculos XV e XVI, inicialmente entre nobres italianos da Renascença (48). Comparando a moradia das cortes principescas com as do período anterior, Braudel mostra que ela "era mais solene e mais formal; sua arquitetura e mobiliário visavam a algum tipo de magnificência social, à grandiosidade. Os interiores italianos do século XV, com suas colunatas, camas imensas esculpidas e escadarias monumentais, já prenunciavam o *grand siècle* de Luís XIV e daquela vida de corte que seria uma espécie de desfile, um espetáculo teatral. O luxo, inquestionavelmente, estava se tornando um meio de governar" (49). É dali que o luxo, a sofisticação e a etiqueta se espraiaram pelas cortes da Europa e, depois, entre a burguesia.

Na França, à medida que o estado nacional se consolidava, os castelos, construídos tendo em vista a segurança, passaram a ter uma preocupação maior com a elegância, cedendo lugar depois aos palácios e *hôtels*. Essa preocupação estética já aparece nos castelos do vale do Loire, construídos no século XVI, no reinado de Francisco I (50), que, como foi mencionado, marca o momento de transição da vida da corte. Assim

42 Idem, ibidem, p. 50.

43 Idem, ibidem, pp. 56-7.

44 Idem, ibidem.

45 E essa lógica é diferente também da lógica do consumidor contemporâneo. Se ainda está presente a competição por *status*, ou a posse de bens como expressão de posição social, há no consumo contemporâneo um aspecto lúdico, de expressão individual, de prazer no ato do consumo, de satisfação real ou ilusória de desejos e fantasias que não era característica (embora eventualmente até pudesse estar presente) do consumo na corte.

46 N. Elias, *Societé de Cour*, op. cit., p. 55 (grifo meu).

47 Luxo não significava conforto. Essa é uma preocupação que vai aparecer muito depois.

48 Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism 15th-18th Century. Vol. 1, The Structures of Everyday Life*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1992, caps. 3 e 4.

49 Idem, ibidem, p. 307.

50 Rosalind H. Williams, op. cit., pp. 19-20.

como esses castelos se inspiram na arquitetura italiana, também a etiqueta que começa a se desenvolver na corte de Francisco I se inspira em refinamentos vindos da Itália (51); e é com Luís XIV que esse processo chega a seu auge, no suntuosíssimo palácio de Versalhes: o auge do luxo e da ritualização de comportamentos (através da etiqueta) como expressão do poder real e como forma de submeter os nobres a seus desígnios.

"Se Luís XIV era um grande consumidor, ele era absolutamente metódico e sujeitou a corte inteira à mesma disciplina [...]. O estilo de vida suntuoso em Versalhes trazia pouco prazer pessoal para o rei e para os cortesãos. Não era esse o objetivo. As cerimônias de consumo, as festas, os bailes eram todos parte de um sistema calculado, cujo alvo não era a gratificação individual, mas sim o aumento da autoridade política. Luís XIV transformou o consumo em um método de governo. A teoria de que a nobreza se juntava ao redor do rei com suas espadas e conselhos pode ter tido alguma validade no tempo de Francisco I, mas no final do século XVII a razão pela qual os nobres acorriam a Versalhes era porque apenas lá eles poderiam obter favores reais imensamente lucrativos, pensões, benefícios e posições na igreja, no exército e na burocracia [...]. Poucos podiam resistir à tentação: eles sabiam que a exclusão da corte significava exclusão de grande riqueza e prestígio" (52).

O tesouro real bancou não apenas os gastos pródigos do rei mas, indiretamente, através dos empréstimos e pensões, os de toda a corte. O gasto estatal aumentou astronomicamente. Em troca, "a monarquia ganhava uma nobreza dependente que se reunia na corte porque o poder real estava concentrado ali, apenas para se descobrir constrangida a um nível de consumo que tornava maior aquele poder" (53).

Assim, fecha-se o círculo. No caso da França, que se tornou paradigmático do estilo de vida da corte européia, o processo de centralização do poder real articulado à perda de rendas (e terras) da nobreza tornou esse estamento progressivamente dependente do rei. Acolhendo parte de seus membros na corte, e desenvolvendo ali um estilo de vida luxuoso e ritualizado, o rei tornava-os mais dependentes dele. Assim, se a corte foi o primeiro grupo da modernidade a ter um estilo de vida marcado pelo consumo ostensivo, esse consumo pouco tinha de discricionário, uma vez que, embora abrangesse itens distantes das necessidades de sobrevivência física no sentido estrito, eram necessários para a sobrevivência dos cortesãos dentro da corte. É impossível compreender esse estilo de vida, que se irradiou para outras cortes européias e permaneceu como referência última para o consumo posterior, primeiro imitado pela burguesia ascendente e depois populariza-

51 Idem, ibidem, p. 24.

52 Idem, ibidem, pp. 27-8.

53 Idem, ibidem, pp. 28-9.

Rainha Elisabeth I

do com adaptações entre as demais camadas sociais, sem considerar a sua dimensão política. É o desenvolvimento do estado moderno que está na base da chamada sociedade de consumo, se tomarmos o caso francês como paradigma.

A mudança do padrão de consumo

Focalizando o caso britânico, embora não cite Elias a não ser *en passant*, McCracken (54) analisa o *consumer boom* que a Inglaterra teve no século XVI e a situação da nobreza britânica nesse período e chega a resultados muito semelhantes aos constatados para o caso francês, no sentido da relação entre consumo e política, mostrando a competição entre os nobres como conseqüência do enfraquecimento de seu poder e de sua dependência progressiva do favor real.

Em primeiro lugar, diz ele, Elizabeth I *usou o gasto como instrumento de poder*, certamente inspirada nas cortes italianas do Renascimento, e conseguiu fazer a nobreza pagar grande parte desse custo, gastando quantias imensas. Centralizando os impostos e fazendo, dessa forma, com que os nobres dependessem dela pessoalmente para ter uma participação nessa receita, forçou-os a "abandonar seus lugares no campo e a vir para a corte para obter sua atenção [...] Elizabeth sorria apenas para aqueles que mostravam sua lealdade e deferência através de uma participação ativa no cerimonial de sua corte. O custo dessa participação era ruinoso. Aumentou a necessidade de recursos dos nobres e tornou-os mais dependentes da rainha" (55).

A segunda causa do *consumer boom* na Inglaterra do século XVI, ainda conforme esse autor, foi *a competição social em que os nobres foram lançados, na corte*, com vistas a obter a atenção e o favor da rainha. Sendo alguém no topo da hierarquia social em seu local de origem, o nobre ia à corte e ali era apenas um entre muitos outros buscando proeminência. Nesses termos, "era quase inevitável que ele fosse lançado em uma guerra de consumo" (56).

McCracken, no entanto, ao comentar o impacto desse fato sobre a família elizabethana, introduz um *elemento novo* na análise: não se trata apenas de consumo ostensivo ou conspícuo, ele chama a atenção para *uma mudança de padrão de consumo* na nobreza britânica. *É a mudança do padrão baseado na "pátina" para um padrão baseado na "fashion"* (57).

De fato, o consumo conspícuo aparece em várias épocas e lugares. Mas foi na sociedade ocidental e em um momento mais ou menos determinado – algo entre o fim da Idade Média e o início da modernidade – que a moda nasceu. O princípio da moda é o culto da novidade, da mudança e da renovação e não necessariamente o luxo (58). McCracken fornece subsídios para se entender, ao menos em parte, o que teria levado um princípio a desembocar no outro. Vejamos mais de perto essa transformação.

O padrão de consumo entre os nobres ingleses era o da pátina: era um consumo voltado para a família, não só para os membros presentes, mas tendo em vista também as gerações passadas e futuras. Desde o período medieval, preocupada com seu *status* (59) e sua honra, a família em cada geração se sentia guardiã do que herdara dos antepassados e procurava acrescentar alguma coisa para a geração que a sucedesse. Isso se traduzia em um padrão de consumo muito específico:

"[...] a família Tudor procurava bens que pudessem carregar e aumentar suas demandas de *status* através de diversas gerações [para isso] os bens adquiridos precisavam ter qualidades especiais. Era necessário que eles possuíssem a habilidade peculiar e, de um ponto de vista moderno, misteriosa, de se tornar mais valiosos à medida que envelhecessem e ficassem decrépitos [...] o caráter de novo era a marca da vulgaridade, enquanto a pátina decorrente do uso era um sinal e a garantia de posição" (60).

Dessa forma, apenas os bens que fossem capazes de assumir uma pátina – aquele brilho acetinado que o longo tempo de

54 G. McCracken, *Culture and Consumption*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1990.

55 Idem, ibidem, pp. 11-2.

56 Idem, ibidem, p. 12.

57 Para uma descrição detalhada desses padrões ver o cap. 2 de: G. McCracken, "Ever Dearer in Our Thoughts", in op. cit.

58 Gilles Lipovetsky, *O Império do Efêmero: a Moda e seu Destino nas Sociedades Modernas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, (1ª ed. francesa, 1987, Gallimard).

59 McCracken usa a expressão *status*, mas aqui refere-se à honra associada ao fato de pertencer a um estamento determinado, a nobreza. *Status* e estamento são duas das traduções que foram feitas da palavra *Stand* usada por Weber. São conceitos distintos, que freqüentemente aparecem confundidos.

60 G. McCracken, op. cit., p. 13.

manuseio traz a alguns objetos – e de sobreviver por várias gerações é que poderiam ser adequados a esse culto do *status* familiar. Esses objetos, principalmente móveis e retratos de família, eram todos representações de riqueza antiga e de ancestrais diferenciados.

Ora, os nobres, orientados agora pela dura competição, mudaram o padrão de seu consumo. Começaram a gastar mais com eles e menos com a família. Refizeram suas casas no campo em um padrão mais suntuoso e passaram a ter a despesa adicional de uma residência em Londres (61). Mudaram seus padrões de hospitalidade, tornando-a mais cara e cerimoniosa. Eles passaram a receber outros nobres, seus subordinados, e, ocasionalmente, o monarca, a custos altíssimos. Passaram a gastar muito com banquetes, com roupas. Apenas a rainha, com mais recursos à sua disposição, gastava mais em consumo conspícuo de decoração, hospitalidade e vestuário.

Além de outros efeitos, diz McCracken,

"[...] bens que eram adquiridos para suprir as necessidades imediatas de uma guerra social assumiam qualidades muito distintas [das que caracterizavam os bens comprados anteriormente]. Eles não precisavam mais ser feitos com a mesma preocupação de longevidade. Nem precisavam ter valor apenas quando envelhecessem. Alguns bens tornaram-se valiosos não por sua pátina, mas por seu caráter de novidade" (62).

Criava-se um solo fértil, ainda que restrito a uma pequena parcela da população, para o padrão da moda começar a se desenvolver. Era a novidade, o culto do diferente e não apenas do luxuoso que passava a ter peso no consumo da nobreza cortesã britânica do final do século XVI em diante.

Esse fato é chave, pois a moda é, talvez, o traço mais característico da cultura do consumo. E o que define a moda, como já foi dito, é o culto da novidade e da mudança; é o constante processo de variações e renovação. O trabalho de McCracken é importante, na medida em que fornece subsídios para a compreensão do desenvolvimento da moda nos marcos de mudanças políticas. Isso não significa que a moda não tenha tido outros determinantes.

O DESENVOLVIMENTO DA MODA

Assim como não há consenso entre os autores quanto ao momento em que ocorreu a suposta revolução do consumidor, não o há tampouco quanto ao momento a partir do qual se pode falar em moda. No que se refere ao vestuário, Braudel menciona a primeira grande mudança de trajes na Europa por volta de 1350. Lipovetsky a confirma. Mas a moda, tal como a conhecemos, vai ter suas características mais visíveis apenas nos séculos XVIII e XIX (63).

Lipovetsky busca contrapor-se às abordagens correntes nos anos 80 sobre a moda, calcadas na visão de que "a versatilidade da moda encontra seu lugar e sua verdade última na existência de rivalidades de classes, nas lutas de concorrência por prestígio que opõem as diferentes camadas e parcelas do corpo social [...] a partir dos fenômenos de estratificação social e das estratégias mundanas de distinção honorífica" (64). Tal esquema interpretativo, a seu ver, é "fundamentalmente incapaz de explicar o mais significativo: a lógica da inconstância, as grandes mutações organizacionais e estéticas da moda", pois tal abordagem "permaneceu prisioneira do *sentido vivido* dos agentes sociais" e "colocou como *origem* o que não é senão uma das *funções sociais* da moda" (65).

Lipovetsky, ao contrário, tenta mostrar a moda como fruto de um processo em que a tradição perde peso; com isso passa-se a legitimar o presente como referência, ou seja, esse autor insere o nascimento da moda no processo mais amplo de mudança que caracteriza a própria passagem para a modernidade.

Isso fica ainda mais claro quando se leva em conta que a afirmação do novo e a perda de peso da tradição são relacionadas ao desenvolvimento do indivíduo, a partir de fins da Idade Média.

61 Idem, ibidem, p. 11.

62 Idem, ibidem, p. 14.

63 Respectivamente, cf. Braudel, op. cit, e Lipovetsky, op. cit.

64 G. Lipovetsky, op. cit., p. 10.

65 Idem, ibidem, p. 11. Grifos do original.

***Verão em Paris*, ilustração de E. L. Lami, 1843**

Em suas próprias palavras, "na história da moda foram os *valores* e *significações culturais modernas*, dignificando em particular o *novo e a expressão da individualidade humana*, que tornaram possíveis o nascimento e o estabelecimento do sistema de moda na Idade Média tardia [e] que contribuíram para desenhar, de maneira insuspeitada, as grandes etapas de seu caminho histórico" (66).

Remetendo a moda à questão do parecer social, o autor tenta periodizar a sua história, estabelecendo um estágio inicial que vai da metade do século XIV à metade do XIX, o qual ele denomina estágio artesanal e aristocrático da moda. É a fase inaugural da moda, na qual "o ritmo precipitado das frivolidades e o reino das fantasias instalaram-se de maneira sistemática e durável. A moda já revela seus traços sociais e estéticos mais característicos, mas para grupos muito restritos que monopolizam o poder de iniciativa e de criação" (67).

É claro que são os primórdios da moda que o autor localiza nesse período na Europa. As características desse sistema (a moda) vão se tornar mais nítidas e acentuadas mais tarde.

Apoiando-se em Gabriel Tarde, Lipovetsky mostra os dois princípios que vê como organizadores da moda:

"Amor pela mudança, influência determinante dos contemporâneos: esses dois grandes princípios que regem os tempos da moda têm em comum o fato de que implicam a mesma depreciação da herança ancestral e, correlativamente, a mesma dignificação das normas do presente social. A radicalidade histórica da moda sustenta-se no fato de que ela institui um sistema social de essência moderna, emancipado do domínio do

66 Idem, ibidem. Grifos do original.

67 Idem, ibidem, p. 25.

passado; o antigo já não é considerado venerável e 'só o presente parece dever inspirar respeito'" (68).

Assim, conforme o autor:

"a alta sociedade foi tomada pela febre das novidades [...]. Com a moda aparece uma primeira manifestação de uma relação social que encarna um *novo tempo legítimo* e uma nova paixão própria do Ocidente, a do 'moderno'. A novidade tornou-se fonte de valor mundano, marca de excelência social; é preciso seguir 'o que se faz' de novo e adotar as últimas mudanças do momento: o *presente* se impôs como o eixo temporal que rege uma face superficial, mas prestigiosa da vida das elites" (69).

Segundo o autor, no passado, houve épocas em que algumas sociedades se dedicaram a certos refinamentos frívolos – por exemplo, os romanos frisavam e tingiam cabelo – e nas quais surgiram algumas manifestações de estetismo (70). Mas o que diferencia tais fenômenos e a moda é que, no primeiro caso, os adornos e os refinamentos estéticos entram como algo secundário e complementar a um traje cuja estrutura é dada pelo costume. Na moda, ao contrário, a artificialidade, a fantasia, a estética tornam-se elementos estruturais de composição do traje (71).

Para Lipovetsky, a moda é uma das primeiras dimensões em que o individualismo se manifesta na sociedade ocidental na modernidade – o do gosto – em paralelo ao individualismo econômico e religioso, precedendo o seu desenvolvimento em outras esferas (como, por exemplo, a ideológica).

Ele reconhece que não se trata de quaisquer indivíduos, pelo menos nesse período inicial, e sim de alguns, no restrito universo aristocrático. Afirma que os reis e alguns elementos da corte que se destacaram como líderes do gosto passaram a ter a possibilidade de inovar e criar; e que as pessoas mais modestas passaram a ter a liberdade de adaptar nos detalhes essas inovações quando as adotaram. Foi, pois, no interior desse pequeno círculo, cioso de suas marcas de distinção social (e havia as leis suntuárias para tentar garantir, entre outras coisas, essa distinção), que a moda abriu espaço para que o vestuário, para além da distinção de classe, tornasse possível a manifestação do indivíduo (72).

Contestando a visão da moda como uma nova dominação tirânica do coletivo, Lipovetsky afirma que:

"[ela] traduz a emergência da autonomia dos homens no mundo das aparências; é um signo inaugural da emancipação da individualidade estética, a abertura do direito à personalização, ainda que ele esteja submetido aos decretos cambiantes do conjunto coletivo. Paralelamente ao adestramento disciplinar (73) e à penetração aumentada da instância política na sociedade civil, a esfera privada desprendeu-se, pouco a pouco, das prescrições coletivas [...]. A moda começou a exprimir, no luxo e na ambigüidade, essa invenção própria ao Ocidente: o indivíduo livre, solto, criador, e seu correlato, o êxtase frívolo do eu" (74).

Em seu belo trabalho, Lipovetsky tem o mérito de relacionar a moda ao desenvolvimento do indivíduo. Mas ele oscila na relação que estabelece entre esses dois elementos. Ora mostra a moda como um dos primeiros *loci* de expressão individual, ainda que restrito à corte, e nisso ele é muito feliz, ora vê a moda como resultado de um processo de desenvolvimento do indivíduo. Mas nesse aspecto, a demonstração não é feita. Fica-se, pois, sem saber por que ocorre essa mudança no interior da aristocracia.

ESTILOS DE VIDA E VALORES DE CONSUMO

O processo de desenvolvimento do indivíduo, conforme mostra Ariès, liga-se à separação das esferas pública e privada (75) da vida social, que ocorre na modernidade. Está fora do âmbito deste trabalho a análise desse processo, mas pode-se chamar a atenção para alguns pontos que ajudam a entender a relação entre o desenvolvimento do

68 Idem, ibidem, p. 33, citando Gabriel Tarde, *Les Lois de l'Immitation* [1890], Genebra, Slatkine, 1979, p. 268.

69 Gilles Lipovetsky, op. cit., p. 33.

70 Idem, ibidem, p. 34.

71 "Com o sistema de moda um dispositivo inédito se instala: o artificial não se sobrepõe de fora a um todo pré-constituído, mas é ele que, doravante, redefine de ponta a ponta as formas do vestuário, tanto os detalhes como as linhas essenciais" (idem, ibidem, p. 35).

72 Idem, ibidem, pp. 47-8.

73 O autor refere-se aqui certamente a Elias.

74 G. Lipovetsky, op. cit., pp 48-9.

75 Philippe Ariès, "Por uma História da Vida Privada", in P. Ariès e Georges Duby, *História da Vida Privada*, São Paulo, Companhia. das Letras, 1995 (1ª ed. bras. em 1991), vol. 3, pp. 7-19. Ver também os demais artigos do vol. 3 dessa coletânea e os do vol. 4, organizado por Michele Perrot.

indivíduo e o de novos hábitos de consumo. Essa relação, no entanto, precisa ser vista com certo cuidado. Na separação entre as esferas pública e privada, o indivíduo passou a ter um novo espaço, no âmbito privado. Mas ao que tudo indica, não é o indivíduo pertencente à corte, e sim o da burguesia e, em grau menor, o das classes mais populares.

A corte tem a vida estruturada pelo parecer; o mesmo não se pode dizer das outras classes. Mesmo que a burguesia imite a nobreza, a lógica de seu consumo é outra, conforme vimos ao abordar a obra de Elias, e isso porque a lógica de *sua vida* é outra. Não tendo pensões reais nem restrições a certas formas de ganhar dinheiro que caracterizam a nobreza, o burguês trabalha para sobreviver e tenta acumular patrimônio para si próprio e para deixar às gerações futuras. Se um lado de sua vida está ligado ao parecer, o outro se volta para a esfera do privado que, ao separar-se da esfera pública, vai ter na família o seu grande reduto.

Essa diferença vai aparecer na maneira pela qual a burguesia imita a nobreza no vestuário. Como mostra Lipovetsky (76), e outros autores também, alguns de seus membros chegam a tentar rivalizar com ela (a nobreza). Mas detecta-se também um sistema de *adaptação* da moda aristocrática. O processo de difusão da moda não se fez de modo mecânico; a *imitação fez-se de modo seletivo*, adaptando-se na burguesia tendências da moda da corte, rejeitando-se outras (vistas como exageradas), a ponto de se formar, no começo do século XVII, uma moda paralela à da corte, mais moderada, correspondendo ao "'homem correto', livre dos excessos aristocráticos e conforme os valores burgueses de prudência, de medida, de utilidade, de limpeza, de conforto". Segundo o autor, "essa moda 'ponderada', recusando as extravagâncias dos cortesãos, é o efeito do filtro dos critérios burgueses: da corte só se retém aquilo que não fere as suas normas de bom senso, de moderação, de razão" (77).

A diferença acima mencionada aparece também na organização do espaço doméstico. Ao analisar os palácios, palacetes e *hôtels*, por dentro, por fora, na planta e na disposição dos espaços, Elias mostrou-os como expressão da vida do cortesão. Tudo se estruturava em função do parecer. Os casais tinham quartos separados, bem distantes um do outro, e podiam levar uma vida relativamente independente, desde que cumprissem as obrigações sociais que lhes cabiam em conjunto. Os nobres casavam-se para constituir uma *Maison*. Os burgueses tinham outro estilo de vida. Menos vinculados ao parecer, casavam-se para constituir uma *família*. As plantas de suas casas refletem isso.

É sobretudo após a Revolução Francesa, no século XIX, que se vê crescer realmente o individualismo. E é aí que o luxo começa a conviver e a ceder lugar, em parte, ao valor emergente do *conforto e da privacidade* (78). Esse fato tampouco passou despercebido de Elias, que afirma, no seu *Societé de Cour*: "O relaxamento da obrigação social de representar, mesmo para as elites mais poderosas e mais ricas das sociedades industriais evoluídas, teve uma influência decisiva sobre a organização das residências, o vestuário e, de modo mais geral, sobre a evolução do gosto em matéria artística"(79).

A aristocracia permaneceu como símbolo de prestígio, mas a noção de conforto talvez tenha passado a ter mais espaço justamente porque a obrigação social de representação foi perdendo força. Essa mudança é coerente com as mudanças de poder e do peso político da nobreza e da burguesia.

A evolução dos padrões de moradia, com espaços mais especializados – a busca de privacidade, separada do parecer – e, às vezes, organizados segundo critérios até opostos, por exemplo, economizando-se de um lado e gastando-se de outro; a emergência de uma moda mais casual mostram que vai se conformando um padrão que tem *referência* no dos nobres, mas não se reduz a ele.

É esse padrão – com novas distinções à medida que se "desce" para classes mais

76 Op. cit., pp. 40 e segs.

77 Idem, ibidem, p. 42.

78 Sobre isso, ver: Witold Rybczynski, *Casa, Pequena História de uma Idéia*, Rio de Janeiro, Record, 1996 (1ª ed. ingl., 1986), sem falar dos textos da coleção sobre a *História da Vida Privada*, já mencionados.

79 Op. cit., p. 55.

populares – que vai se consolidar depois, no consumo de massas.

Por aqui já se podem entrever matrizes de estilos de vida em formação, que se traduzirão posteriormente em estilos de consumo.

Nesse percurso há um outro elemento importante, que não vou analisar nesse momento, mas que quero ao menos mencionar: é a "educação" para o consumo, que será realizada em grande parte pelas lojas de departamentos, surgidas na sociedade burguesa do século XIX, após a revolução industrial e que se tornaram as grandes responsáveis pela associação do consumo ao lazer, ao prazer, ao lúdico, e pelo desenvolvimento de técnicas cada vez mais eficazes de sedução do consumidor. Isso nos encaminha para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse exame das origens e possíveis raízes da cultura do consumidor contemporâneo, buscou-se detectar, para além do barateamento de preços decorrente da revolução industrial, elementos que mudaram a predisposição das pessoas em relação ao consumo.

Iniciou-se pelo conceito de consumo conspícuo de Veblen e por sua teorização do consumo como elemento de uma competição social por *status*. Constatado o mérito desse autor e de outros, que levaram posteriormente às teorizações sobre o *trickle down effect*, chamou-se a atenção para a insuficiência das explicações sobre o consumo baseadas apenas na competição social. Mostrou-se que essa competição adquire novo significado quando considerada à luz de outras dimensões, nas quais a política tem grande peso.

Concentrando a análise nas cortes européias no período de desenvolvimento do absolutismo, mostrou-se que elas praticaram um consumo ostensivo – que nada tinha de discricionário – e, mais do que isso, mudaram seu padrão de consumo. É o processo que McCracken denominou de passagem da pátina para a *fashion*, o qual deu ensejo ao desenvolvimento da moda. Viu-se também que a moda tem outras matrizes, como o desenvolvimento do indivíduo – que se dá no processo de separação entre as esferas pública e privada – e o gosto pela novidade (em detrimento da tradição). E viu-se, finalmente, que após a revolução burguesa e a revolução industrial o novo padrão de consumo, gestado nas cortes européias, se difundiria por outras camadas sociais, auxiliado por novos acontecimentos.

Salientou-se, no entanto, que essa difusão não parece ter sido linear. A aristocracia manteve-se como referência máxima de luxo e sofisticação mas a "imitação" de seu padrão de consumo por outras classes fez-se de modo seletivo. E isso se deu não simplesmente porque eram pouco refinadas ou porque o processo civilizador não as atingiu inteiramente, mas provavelmente porque tinham vidas regidas por uma lógica diferente do grupo que imitavam, que implicava uma relação distinta com os objetos e uma valorização diferencial deles. Daí o fato de em parte assimilarem, em parte criticarem ou rejeitarem, em parte adaptarem costumes nobres. Com isso, pode-se entrever a formação de estilos de vida distintos numa sociedade cujo consumo começava a tornar-se de massa.

Em suma, a formação de uma cultura voltada para o consumo é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Não se teve aqui a pretensão de esgotar a análise desse processo; procurou-se apenas apresentar algumas raízes dessa cultura, através do exame de sua gênese – de um ponto de vista que não considerasse o consumo como simples momento ou desdobramento da produção –, que ficam obscurecidas em muitas análises preocupadas mais diretamente com aspectos contemporâneos; e mostrar que elas têm em comum o fato de terem ajudado a transformar completamente a relação da sociedade com o consumo, gerando novos significados a esses atos de adquirir e apropriar-se das mercadorias, os quais persistem até nossos dias.